

PROJETO VIDA NO TRÂNSITO



VIDA
NO TRÂNSITO

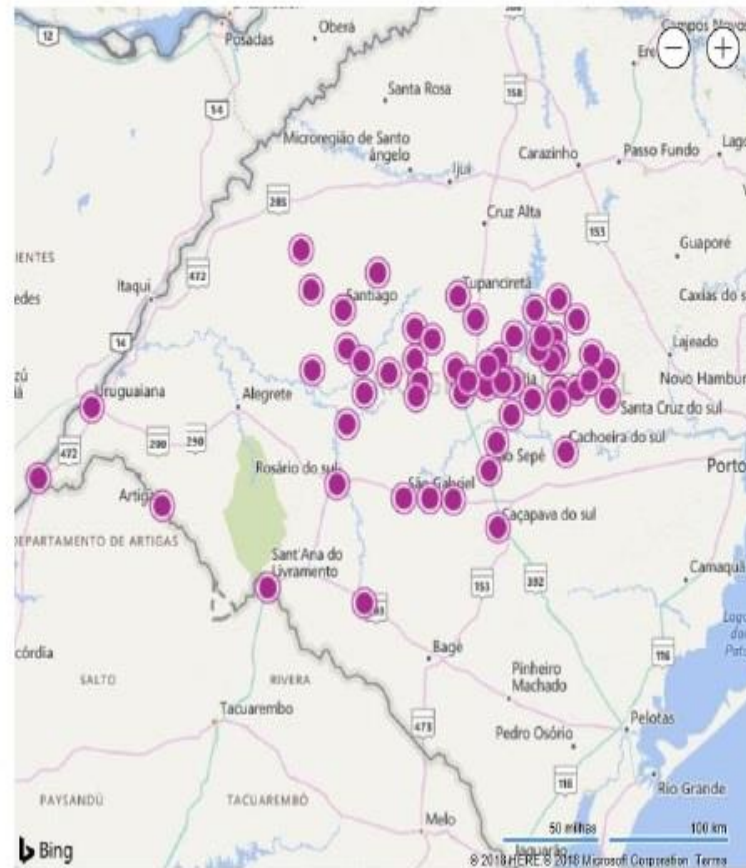
SURGIMENTO DO “PROGRAMA VIDA NO TRÂNSITO”

- Em 2011 foi proposto pela ONU e OMS um Plano de Ação sobre Segurança no Trânsito que objetiva o fortalecimento de políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito, por meio de qualificações das informações, planejamento, monitoramento e avaliação de intervenções voltadas aos fatores de risco.
- O governo brasileiro integrou-se nesta iniciativa global com o **PROGRAMA VIDA NO TRÂNSITO** coordenado pelo Ministério da Saúde.

A partir de 2012 iniciou-se a implementação do projeto nas capitais dos Estados do Brasil. Em 2017 expandiu-se para algumas cidades do Estado do Rio Grande do Sul, como Santa Maria e Pelotas.

**ANÁLISE DOS ACIDENTES FATAIS DA
REGIÃO DE SANTA MARIA (2010 – 2017)
SEGUNDO DADOS DO DETRAN-RS NO
PLANO NACIONAL DE REDUÇÃO DE
MORTES E LESÕES NO TRÂNSITO
(PNATRANS)**

Região analisada



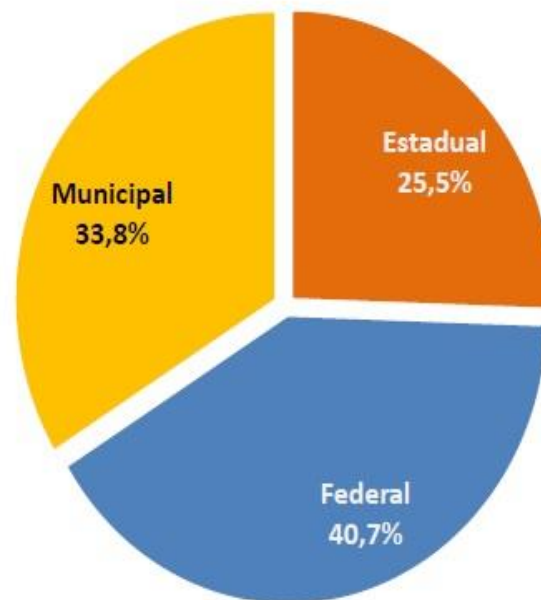
59 municípios

10,4 % dos acidentes
do RS*

10,6 % das vítimas do
RS*

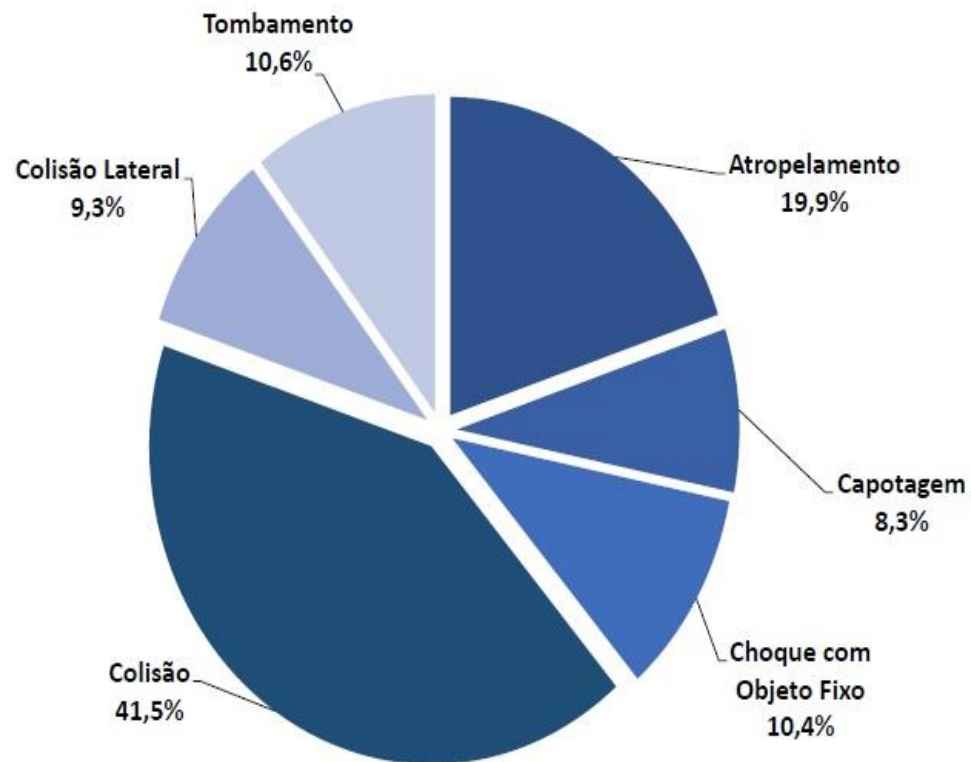
*média 2010-2017

Acidentes fatais por tipo de via



99,5% dos casos.

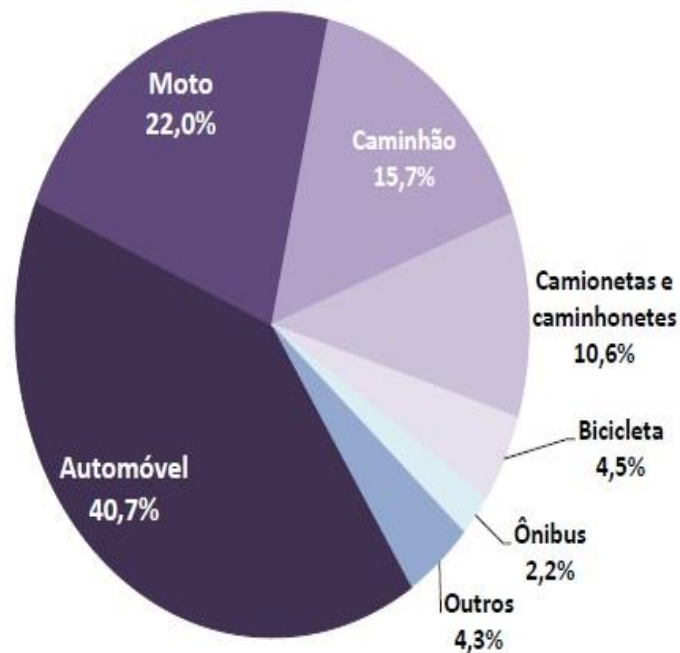
Acidentes fatais por natureza



96,4% dos casos.

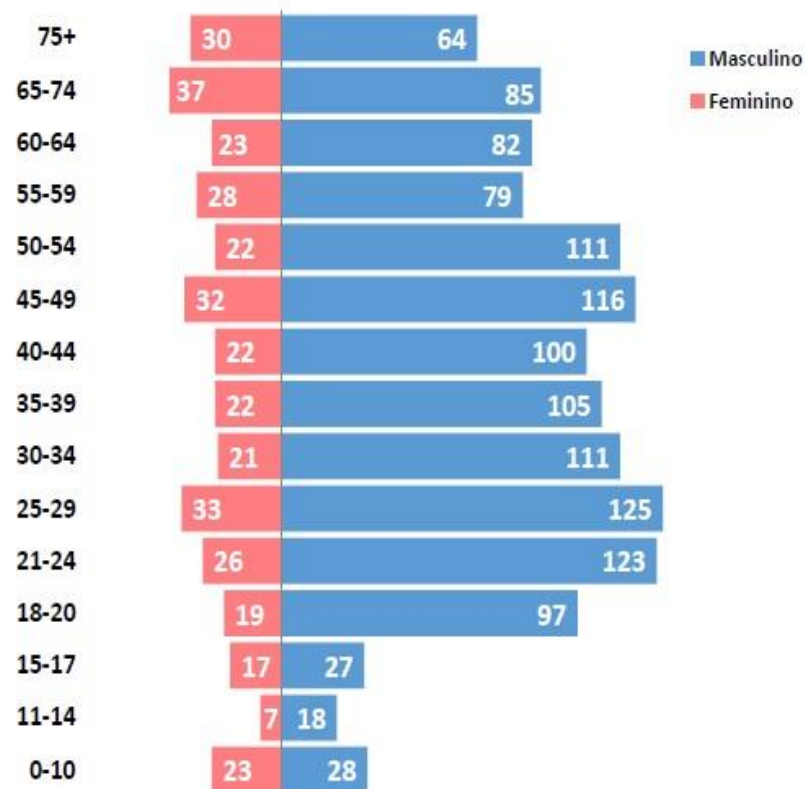
Veículos envolvidos nos acidentes

Veículo -Tipo	Quant
Automóvel	929
Moto	503
Caminhão	358
Camionetas e caminhonetes	242
Bicicleta	103
Ônibus	51
Outros	98



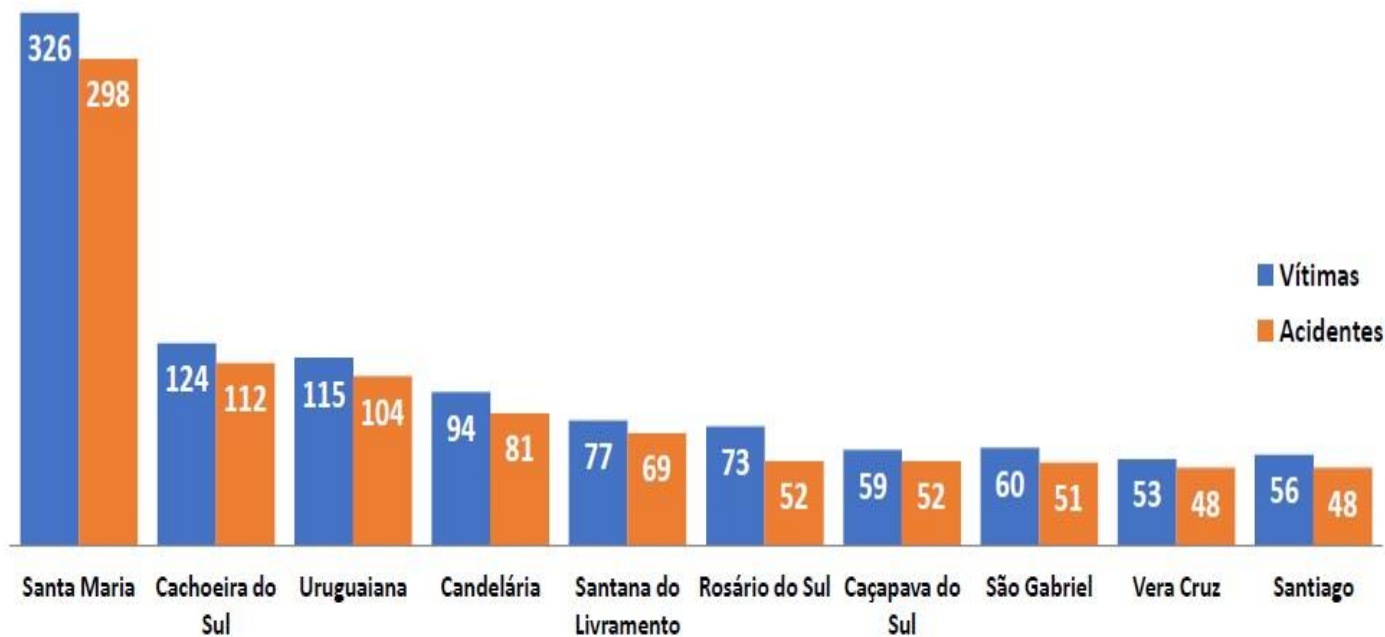
95,5% dos casos.

Vítimas fatais por faixa etária



Top 10 municípios

63,5% dos Acidentes
63,4% das Vítimas



63,46% dos casos.

OBJETIVO DO PROGRAMA:

- INSTRUMENTALIZAR PROCEDIMENTOS ATRAVÉS DO PROGRAMA VIDA NO TRÂNSITO, PARA AUXÍLIO NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE NO TRÂNSITO NA CIDADE DE SANTA MARIA.

PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERINSTITUCIONAL: A primeira intervenção do PVT é a identificação de instituições parceiras governamentais e da sociedade civil e a constituição de comissões intersetoriais em cada cidade.

QUALIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES: Identifica as fontes de informações existentes sobre as ocorrências de acidentes de trânsito, bem como os mortos e feridos graves.

PRINCIPAIS ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Estruturar o Comitê Municipal do Programa Vida no Trânsito.

Estruturar a comissão integrada de Gestão de dados sobre mortalidade, morbidade e acidentalidade para produção de análises de situação e tendências e qualificação dos dados.

Analisar e qualificar os dados sobre mortalidade e feridos graves no trânsito cruzando com outras informações (Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito – BOAT, Serviço de Atenção Móvel de Urgência – SAMU 192, e outras fontes).

INTEGRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES (FONTES)

O pareamento das bases de dados é realizado mediante a integração das seguintes bases de dados: Declaração de Óbito, Boletins de Ocorrência de Acidente de trânsito emitidos pelos órgãos de segurança pública e entre as autorizações Internação Hospitalar e os boletins de ocorrência.

Outras fontes de informações também são objeto do relacionamento de bases de dados: informações dos atendimentos realizados pelo Serviço de Atenção Móvel (SAMU), Sistema de Informações da Polícia Rodoviária Federal, estatísticas dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans), Instituto Médico Legal (IML) e outras.

Os resultados desse processo possibilitam identificar os mortos e feridos graves em números mais próximos do real, bem como servem de base para a construção dos indicadores finais de segurança no trânsito.

ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO

Após o processo de integração das bases de dados, são **analisados** os acidentes de trânsito e **identificados os principais fatores de risco** e os principais **grupos de vítimas** que contribuíram para os acidentes **fatais e graves**.

A partir dessa análise é possível identificar o **PERFIL** de determinação dos mortos e feridos graves em cada cidade e subsidiar a elaboração de um **plano de intervenção** com base em evidências suportadas pela análise dos dados.

Elaboração de um plano de ações integradas e intersetoriais de segurança no trânsito e execução destas intervenções: o plano deve conter programas principais, responsáveis pela **intervenção sobre os fatores de risco nacionais** definidos pelo Programa – ‘beber e dirigir’, ‘velocidade excessiva e inadequada’, além dos programas específicos definidos a partir da identificação dos fatores de risco locais.

Monitoramento do programa: serão realizados monitoramentos periódicos do Programa, avaliando o desempenho das intervenções de cada ação, o percentual de cumprimento das metas, desempenho dos indicadores, como número de mortos e feridos graves e taxas de mortalidade.

ENTIDADES ENVOLVIDAS

- Prefeitura Municipal de Santa Maria, através de suas secretárias
- Secretarias Estaduais de Saúde e Educação
- Polícia Civil
- Instituto Geral de Perícias
- Brigada Militar
- Polícia Rodoviária Estadual
- Polícia Rodoviária Federal
- Exército Brasileiro – Comando 3° DE
- Instituições de Ensino Superior
- SEST SENAT
- CFC's
- ONG's e Movimentos Sociais com interface com o trânsito (Carros, Motocicletas, Bicicletas e outros)